



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR BACHAREL EM ENGENHARIA CIVIL

LUANA MORAES MAGALHÃES

**ANÁLISE DOS AMBIENTES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO
BLOCO ADMINISTRATIVO 1 DO *CAMPUS* PALMAS DO IFTO DE ACORDO
COM O MANUAL DE PADRÃO DE OCUPAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DE
AMBIENTES EM IMÓVEIS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL**

Palmas - TO

2022

LUANA MORAES MAGALHÃES

**ANÁLISE DOS AMBIENTES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO
BLOCO 1 ADMINISTRATIVO DO *CAMPUS* PALMAS DO IFTO DE ACORDO
COM O MANUAL DE PADRÃO DE OCUPAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DE
AMBIENTES EM IMÓVEIS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do curso
de Engenharia Civil do Instituto
Federal do Tocantins – *Campus*
Palmas, como exigência à obtenção
do grau em Engenheiro Civil.

Aprovado em: 18/03/2022.

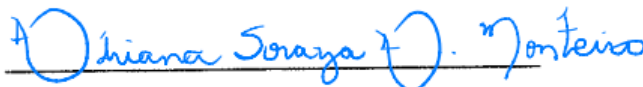
BANCA AVALIADORA

**GILSON MARAFIGA
PEDROSO:69350140004**

Assinado de forma digital por GILSON
MARAFIGA PEDROSO:69350140004
Dados: 2022.05.09 09:40:09 -03'00'

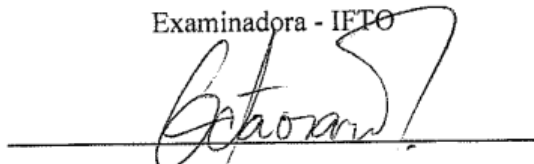
Prof. Dr. Gilson Marafiga Pedroso

Examinador - IFTO



Prof. Me. Adriana Soraya Alexandria Monteiro

Examinadora - IFTO



Prof. Me. Octaviano Sidnei Furtado

Orientador - IFTO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

M189a Magalhães, Luana Moraes
Análise dos ambientes e atividades desenvolvidas no bloco 1 administrativo do campus Palmas do IFTO de acordo com o manual padrão de ocupação e dimensionamento de ambientes em imóveis institucionais da administração pública federal direta, autárquica e fundacional / Luana Moraes Magalhães. – Palmas, TO, 2022.
37 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2022.

Orientador: Me. Octaviano Sidnei Furtado

1. ANÁLISE. 2. PORTARIA. I. Furtado, Octaviano Sidnei. II. Título.

CDD 624

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por ser meu guia, por ser tão essencial em minha vida, me abençoando e me dando forças para jamais desistir e sempre ser minha fortaleza nas horas de angústia.

Agradeço à minha mãe Adeniza, por toda a dedicação à minha criação, pela excelente educação que me deu, pelo seu amor, carinho, atenção e cuidado comigo e pelos valores que me ensinou, possibilitando me tornar o que sou hoje, sem eles, nada na minha vida seria possível. Agradeço a minha irmã Alana, minha companheira de vida, por tudo que fizestes e faz por mim sempre. Aos meus amigos de vida, aos de longas datas e a todas as pessoas que de uma forma ou outra colaboram para o meu crescimento e meu desenvolvimento e que sempre torceram por mim, o meu sincero agradecimento.

Aos meus grandes amigos da faculdade, em especial a turma X, por sempre ser uma turma unida e acolhedora, o meu muito obrigado por estarem ao meu lado colaborando para o sucesso nesses cinco anos de uma trajetória árdua. Agradeço ao meu orientador Prof. Me. Octaviano Sidnei Furtado pela atenção e ensinamento e pelo importante estímulo nas diversas etapas do desenvolvimento do trabalho.

RESUMO

MORAES MAGALHÃES, Luana. **ANÁLISE DOS AMBIENTES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO BLOCO 1 ADMINISTRATIVO DO CAMPUS PALMAS DO IFTO DE ACORDO COM O MANUAL DE PADRÃO DE OCUPAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DE AMBIENTES EM IMÓVEIS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL**. 2022 p.26. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Engenharia Civil – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Palmas, 2022.

O ambiente de trabalho é o local no qual os trabalhadores passam grande parte do seu dia, por isso e de suma importância que o ambiente cumpra as normas relativas ao espaço físico, para manter o mínimo de conforto no ambiente. Visando isso o presente estudo teve interesse em analisar os ambientes do bloco administrativo 1 do Campus Palmas do IFTO, no que diz respeito a área ocupada por servidor (m^2), para tal foi comparado os dados do levantamento realizado pela autora com os parâmetros da Portaria conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020. A pesquisa trata-se de um estudo de caso, com de caráter quantitativo e qualitativo, dividida em duas etapas. Na primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do assunto, a segunda etapa consistiu-se no levantamento e coleta de dados, da área de cada ambiente (m^2) do bloco administrativo 1 e a população que desenvolve suas atividades no bloco. Ao realizar o levantamento e analisar o conjunto dos dados, observou-se que o bloco administrativo 1 do Campus Palmas do IFTO tem diversos ambientes que não se enquadram nos limites estabelecidos na portaria, existindo ambientes que, de acordo com a portaria não poderia agrupar nenhum um servidor, assim fica a recomendação que a instituição faça uma análise e proponha a reestruturação do bloco para adequação à Portaria conjunta nº 38.

Palavras-chave: Análise qualitativa e quantitativa, Portaria, IFTO.

ABSTRACT

MORAES MAGALHÃES, Luana. **ANALYSIS OF ENVIRONMENTS AND ACTIVITIES DEVELOPED IN ADMINISTRATIVE BLOCK 1 OF THE PALMAS DO IFTO CAMPUS ACCORDING TO THE MANUAL OF STANDARD OCCUPATION AND SIZING ENVIRONMENTS IN INSTITUTIONAL PROPERTIES OF DIRECT, MUNICIPAL AND FOUNDATIONAL FEDERAL PUBLIC ADMINISTRATION.** 2022 p.26. Course Completion Work - Bachelor's Degree in Civil Engineering - Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins. Palmas, 2022.

The work environment is the place where workers spend a large part of their day, so it is of paramount importance that the environment complies with the rules regarding physical space, to maintain a minimum of comfort in the environment. Aiming at that, the present study should be interested in analyzing the environments of the administrative block 1 of the Palmas Campus of the IFTO, with regard to the area occupied by server (m²), for this purpose, the data from the survey carried out by the author was compared with the parameters of the Ordinance joint n° 38, of July 31, 2020. The research is a case study, with a quantitative and qualitative character, divided into two stages. In the first stage, a bibliographic review was carried out on the subject, the second stage consisted of the survey and data collection, from the area of each environment (m²) of administrative block 1 and the population that develops its activities in the block. When carrying out the survey and analyzing the data set, it was observed that the administrative block 1 of the IFTO Campus Palmas has several environments that do not fit the limits established by the ordinance, with environments that, according to the ordinance, could not group no server, so it is recommended that the institution carry out an analysis and propose the restructuring of the block to adapt to joint Ordinance n° 38.

Keywords: Qualitative and quantitative analysis, Ordinance, IFTO.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Planta de Localização do Bloco Administrativo 1 da edificação, disponibilizado pelo IFTO..	21
Figura 2 - Layout do Bloco Administrativo 1	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ambientes do bloco Administrativo 1 do <i>Campus</i> Palmas do IFTO , e População Principal.	22
Tabela 2 - Estruturação e Classificação das Áreas dos Imóveis Áreas do Bloco Administrativo 1 do Campus Palmas do IFTO - Portaria conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020.....	23
Tabela 3 - Índices de ocupação para as Áreas Computáveis.....	24
Tabela 4 - Índices de ocupação para cada Área de Escritório.....	24

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASBEA	Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura
CORES	Coordenação de Registros Escolares
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DINFRA	Diretoria de Infraestrutura
DPA	Diretoria de Administração e Planejamento
EAD	Ensino à Distância
EAFA	Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PMI	Project Management Institute
SPIUNet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Problema de Pesquisa.....	12
1.2 Justificativa.....	12
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.3.1 Objetivo Geral.....	13
1.3.2 Objetivos Específicos.....	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 Gestão do processo de projeto.....	14
2.2 Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020.....	15
2.3 Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal Direta, autárquica e funcional.....	15
2.4 Legislação Municipal.....	16
2.5 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Palmas.....	17
3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	19
3.1 Tipo de Pesquisa.....	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1 Avaliação do bloco administrativo 1 quanto a ocupação.....	21
5 CONCLUSÃO	28
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
ANEXO.....	32
APÊNDICE.....	35

1 INTRODUÇÃO

A qualidade de vida e a produtividade daqueles que desempenham suas atividades em determinado imóvel estão atreladas ao ambiente de trabalho que esse proporciona. Diante disso, soluções de arquitetura são determinantes para a eficiência do trabalho desenvolvido em empresas e instituições, sejam elas públicas ou privadas (BRASIL, 2020).

A arquitetura corporativa deve ter soluções que permitam sua evolução ao longo do tempo, a fim de cobrir mudanças nos processos de trabalho e estruturas governamentais, expectativas de aumento ou diminuição no número de trabalhadores e despesas. Dada a velocidade de conversão dessas variáveis, a configuração do escritório na contemporaneidade exige cada vez mais dinâmica e flexibilidade. Portanto, o ambiente de trabalho se torna um espaço cada vez mais multifuncional, com atividades sobrepostas e intercaladas com o tempo.

Para ampliar a eficácia do ambiente de trabalho, porém, além da qualidade ambiental, é necessário que as despesas voltadas à manutenção, locação, aquisição, construção e adequação de imóveis sejam compatíveis com as atividades laborativas neles desenvolvidas. No caso de instituições públicas, a otimização de despesas envolve ainda questões de responsabilidade fiscal no que tange à aplicação de recursos públicos em imóveis.

Marri et al., (2012) sugerem a associação positiva entre infraestrutura do local e desempenho de servidores e afirmam que este pode ser um fator relevante em países como o Brasil em que os recursos, as redes de ensino e a localização geográfica são diferentes.

Para Tookaloo et al., (2015) as instituições de ensino quando pretendem construir uma nova edificação devem verificar se está inserida no Plano Diretor da unidade, respeitando as legislações vigentes. O projeto deve ser elaborado dentro de um programa de necessidades com informações necessárias para atender as necessidades do público-alvo. No entanto, existem casos em que o edifício não funciona como o esperado, apesar de tais diretrizes de projeto. As instituições têm enfrentado questões de mal desempenho das edificações e lidando com problemas semelhantes repetidamente, levando ao desperdício de recursos para reparar. A avaliação pós-ocupação é uma das ferramentas utilizadas por gestores para mapear e avaliar o comportamento das edificações.

Nesse sentido, no ano de 2020 foi publicada a Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, do Ministério da Economia, em que foi estabelecido o prazo de até 10 de setembro de 2020, em relação aos imóveis situados no Distrito Federal; e II - até 10 de dezembro de 2020, em relação aos imóveis situados nos Estados da federação para as atualizações cadastrais. Essas atualizações dizem respeito às informações referentes a ocupação dos imóveis de uso especial utilizados pela União, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, próprios ou de terceiros, no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União - SPIUNet.

A Portaria trata de iniciativas e projetos que tragam uma ocupação otimizada e compartilhada utilizada pela União, considerando oferta e demanda de espaços, necessidade que foi acelerada devido ao teletrabalho trazido em função da pandemia no Brasil e à busca por redução dos gastos e diminuição da desigualdade percebida nas ocupações dos edifícios.

Com isso, este trabalho busca fazer um levantamento da estrutura física e funcionalidades do bloco 01 de atividades administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), Campus Palmas, tomando como base o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, do Ministério da Economia e do Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de forma a observar os aspectos de melhoria das condições de trabalho para os servidores, o atendimento da legislação municipal e a redução de custos para a administração.

O presente estudo se limita a calcular os índices de ocupação para as áreas computáveis do bloco administrativo 1 do Campus Palmas do IFTO. Define-se Área Computável como área útil passível de contabilização para fins de análise do padrão de ocupação do imóvel quantificada pelo somatório das Áreas de Escritório e Áreas de Apoio.

Áreas de Escritório: aquelas destinadas ao trabalho de servidores, empregados, colaboradores, estagiários e terceirizados, que reúnem as áreas para o trabalho individual e coletivo, necessárias ao desempenho das atividades administrativas às quais se destina o imóvel.

Áreas de Apoio, aquelas que dão suporte às atividades desenvolvidas no

imóvel, tais como auditórios, copas, sanitários, vestiários, guaritas, salas de motoristas, espaços multiuso, espaços de convivência, refeitórios, salas de arquivos correntes, estações de autoatendimento voltado ao público, reprografia, depósitos voltados à atividade administrativa e à manutenção predial etc.

1.1 Problema de Pesquisa

Conforme aborda Lopes et al., (2005), nos últimos 20 anos, a estrutura organizacional e os sistemas de planejamento das instituições de ensino superior passaram por modificações tecnológicas, sociais, políticas e econômicas que resultaram em sistemas obsoletos. Diante desse cenário, é fundamental o estabelecimento de um mecanismo de gestão com o intuito de permitir à universidade refletir sobre as necessidades e demandas sociais cada vez mais complexas e diferenciadas de sua organização e como consequência o controle dos custos crescentes de suas atividades.

Silva (2003), entende que nos casos em que a gestão do espaço físico ocorre independente do planejamento geral e desvinculada do projeto corporativo, os problemas com as adaptações improvisadas de última hora surgirão e não ocorrerá a qualidade necessária para execução das tarefas. Assim, coloca-se em discussão que se as atividades não forem adequadas e pensadas de forma compartilhada com os objetivos a serem alcançados, a qualidade do trabalho estará prejudicada, pois assim o espaço não será planejado de acordo com a particularidade de cada atividade.

Diante desse cenário, surge a preocupação se a estrutura física do IFTO, no que tange às atividades realizadas no bloco administrativo 1, está adaptada de forma funcional e estratégica, a fim de suprir as necessidades básicas de acordo com a tipologia das diferentes atividades e se foram considerados os prazos e especificações da Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, do Ministério da Economia.

1.2 Justificativa

As possibilidades de trabalho e comunicação na atualidade vão além do uso de uma única estação de trabalho particionada como um escritório tradicional de algumas décadas atrás. Devido aos modelos emergentes de trabalho externo e teletrabalho, o ambiente de trabalho do escritório moderno é mais flexível e como aponta o Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em

Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a difusão dessas categorias implica no desenvolvimento de estruturas em que se busca reduzir a demanda por escritórios contínuos individuais, em contraponto aos escritórios temporários e uso coletivo, com maior mobilidade e compartilhamento de equipamentos (BRASIL, 2020).

Tendo em vista a necessidade de otimizar os recursos destinados à manutenção e engenharia predial e locação de imóveis, faz-se necessária a formulação de padrões de ocupação do patrimônio público e parâmetros de escala de uso administrativo da União, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, próprios ou de terceiros para fazer face às restrições orçamentais e à reestruturação governamental enfrentadas nos últimos anos.

Portanto, entende-se que a infraestrutura física é um dos eixos básicos que formam e consolidam a qualidade dos serviços das instituições de ensino e empresas. Por isso, a análise de suas questões relacionadas aos espaços pode não só revelar a maneira como a instituição continua a aprimorá-la, mas também revelar o perfil que ela assume em busca de proporcionar maior comodidade e conforto a servidores e contribuintes.

A elaboração deste trabalho partiu da inquietação de saber como estão sendo atendidos os parâmetros normativos dispostos na Portaria Conjunta nº 38, de 2020, detalhados no Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, com o objetivo de se aplicarem princípios de racionalidade, economia e eficiência ao planejamento de espaços corporativos do IFTO.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar se as áreas dos ambientes administrativos do bloco 1 do IFTO – *Campus* Palmas, Tocantins, atendem as orientações do Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar o atendimento aos parâmetros estabelecidos pela Portaria Conjunta n° 38, de 31 de julho de 2020, do Ministério da Economia;
- Verificar se as áreas destinadas às atividades administrativas do Bloco 1, IFTO *campus* Palmas, Tocantins, atendem a legislação Municipal.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Gestão do processo de projeto

Os projetos de edificações devem atender às necessidades de clientes e usuários, com o intuito de atender requisitos de uso e desempenho do produto. A Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – ASBEA (2000) define projeto como “[...] um conjunto de ações caracterizadas e quantificadas, necessárias a concretização de um objetivo”. Nesse contexto, para que haja a garantia que os objetivos propostos para o projeto sejam atingidos é necessário que ocorra um gerenciamento.

O Project Management Institute (PMI), (2013), descreve que o gerenciamento de um projeto é o processo de utilizar conhecimentos existentes e criar conhecimentos para alcançar os objetivos do projeto e contribuir para a aprendizagem organizacional.

Considerando a demanda atual pelo uso racional de energia não renovável e matérias-primas, relacionada a vários aspectos das mudanças climáticas e sustentabilidade, um benefício deste processo é usar o conhecimento organizacional prévio para produzir ou melhorar os resultados dos projetos, e o conhecimento gerado por meio do projeto pode ser usado para apoiar as operações da organização e projetos ou etapas futuras.

Dentro da gestão de projetos há uma área de conhecimento nomeada gestão da qualidade que “tem por objetivo a satisfação das necessidades para as quais o projeto foi empreendido, através das políticas de qualidade, dos objetivos e das responsabilidades determinados pelos processos e atividades da organização” (PMI, 2013).

Com a publicação da Portaria Conjunta n° 38, de 31 de julho de 2020, “o governo federal passa a dispor de um conjunto de parâmetros e diretrizes – mais equânimes – que consideram aspectos de conforto ambiental e acessibilidade universal para os edifícios e que favorecerão melhores ambientes de trabalho para os

servidores e para a população”, de forma que a gestão da qualidade dos espaços se torna essencial em um ambiente já ocupado.

2.2 Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020

Foi publicada em 31 de julho de 2020 a Portaria Conjunta que estabelece prazos para a atualização cadastral das informações referentes a ocupação dos imóveis de uso especial utilizados pela União, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, próprios ou de terceiros, no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUNet, com estabelecimentos de prazos conforme abaixo:

- até 10 de setembro de 2020, em relação aos imóveis situados no Distrito Federal;
- até 10 de dezembro de 2020, em relação aos imóveis situados nos Estados da federação.

A Portaria ainda estabelece as informações que deverão ser elencadas na atualização cadastral dos imóveis ocupados por cada órgão endereço, sendo elas: endereço completo; área ocupada em metros quadrados (m²); a população do imóvel; o número de servidores em rotina presencial e semipresencial; a área de estacionamento com o respectivo quantitativo de vagas; e regularização cartorial com cópia atualizada da matrícula expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente. Além disso, a Portaria descreve os parâmetros de estruturação, ocupação e classificação das áreas dos imóveis.

Diante da necessidade do detalhamento e instrução dos parâmetros instituídos pela Portaria, foi elaborado o Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

2.3 Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal Direta, autárquica e funcional.

Publicado pelo Ministério da Economia em setembro de 2020, o Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais

da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional é um documento de orientação para ajudar a cumprir as adaptações estabelecidas pela Portaria Conjunta nº 38 de 2020. A norma estipula que a taxa de ocupação de cada posto de trabalho compartilhado deve ser de sete a nove metros quadrados para trabalhadores em geral, assim como demanda uma atualização cadastral de ocupação dos imóveis pertencentes ao Poder Executivo Federal.

O objetivo da publicação, de acordo com a descrição do próprio manual, é “aplicar princípios de racionalidade, economia e eficiência ao planejamento de espaços corporativos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além de proporcionar maior comodidade e conforto a servidores e contribuintes” (BRASIL, 2020). Segundo Inove (2020), a iniciativa partiu de parâmetros estabelecidos pela Receita Federal na gestão de seus imóveis e foi adaptada ao conjunto de órgãos vinculados ao Ministério da Economia.

O manual orienta a divisão dos espaços e suas áreas comuns e recomenda que sejam compartilhadas estações de trabalho de uso de meio período ou que estão sem uso devido ao teletrabalho. Além disso, o manual traz conceitos que são essenciais para o entendimento da divisão dos ambientes e do dimensionamento da população do edifício e de sua ocupação, a fim de ser estabelecido um programa de necessidades e de forma que seja possível um estudo de viabilidade de compartilhamento, com análise das plantas e layouts do imóvel. Ademais, traz orientações para os casos em que o imóvel é locado, para o caso de reforma ou construção de novas unidades.

2.4 Legislação Municipal

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), (2014) define código de Obras como o instrumento que permite à Administração Municipal exercer o controle e a fiscalização do espaço edificado e seu entorno, garantindo a segurança e a salubridade das edificações. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), (1992b) descreve que é uma lei municipal que disciplina, dentro dos limites do município, toda e qualquer construção, reforma e ampliação de edificações, bem como sua utilização, visando ao atendimento de padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto. Em Palmas, o Código de Edificações foi implementado pela Lei Complementar nº 305 de 02 de outubro de 2014.

O Código de Edificações de Palmas, disciplina toda construção, modificação

de edifícios ou demolição realizada na área do município, por qualquer proprietário (PALMAS, 2014). No que tange aos estabelecimentos de ensino, objeto de estudo deste trabalho, o código salienta em seu capítulo VII as disposições gerais para observação, sendo algumas delas pontuadas abaixo referentes às áreas de apoio administrativo:

- Os edifícios de escolas serão constituídos pelo conjunto administrativo, conjunto de serviços gerais e conjunto pedagógico e deverão dispor, pelo menos, ambientes ou locais para conjunto administrativo; recepção; espera ou atendimento; secretaria; reunião; sanitários para alunos e empregados; refeições e/ou lanches; outros serviços como depósitos de limpeza, concertos; salas de aulas expositivas; salas especiais (artes - plásticas, laboratórios, bibliotecas, etc.); área de esporte e recreação.
- Deverá conter compartimento de administração, registro, secretaria, contabilidade e outras funções similares. A soma das áreas desses compartimentos não deverá ser inferior a 30,00m (trinta metros quadrados), podendo cada um possuir a área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados);
- Salas os professores com área mínima de 14,00 m² (quatorze metros quadrados).

2.5 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – *Campus Palmas*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é resultado da junção da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA) (DIRETORIA, 2016). O Instituto foi criado através da Lei n.º 11.892/2008, que estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O site da instituição apresenta um resumo da caracterização do Instituto.

O IFTO é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (reitoria, *campus* avançado e polos de educação a distância), especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas/andragógicas (DIRETORIA, 2016).

O *Campus Palmas* foi oficialmente inaugurado em abril de 2003, ainda chamado de Escola Técnica Federal de Palmas, com capacidade para atender mais de 4.000

estudantes. De acordo com as informações disponibilizadas no site do *campus*, “a unidade ocupa uma área de 128.508,38m² e é referência em ensino de qualidade na capital do Tocantins e região” (IFTO, 2021). Oferta cursos nas modalidades: pós-graduação, superior, técnico integrado ao Ensino Médio, técnico subsequente, técnico EAD e Proeja. Além disso, também são ofertados cursos de formação inicial e continuada, voltados à capacitação rápida da comunidade para o mercado.

As instalações físicas atualmente estão distribuídas em 02 blocos destinados à área administrativa e consultórios médico-odontológicos; 01 Biblioteca; 01 Laboratório da área de educação física; 05 Laboratórios da área de construção civil; 01 Laboratório de Física; 08 Laboratórios da área de indústria; 01 laboratório de biologia; 01 Laboratório de química; 14 Laboratórios de Informática; 02 Laboratórios de desenhos; 01 Telecentro; 01 Auditório com capacidade para 230 pessoas; 01 Complexo Esportivo, com ginásio, campo de futebol, quadras poliesportivas e piscina; 72 salas de aula e 1 restaurante.

O Instituto tem como missão “proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional” (IFTO, 2021); e como visão “ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável” (IFTO, 2021).

É prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024) do IFTO uma política de infraestrutura dos serviços de engenharia e arquitetura da instituição com o intuito de atingir os objetivos estratégicos da área. Na escrita do documento é detalhada a definição de PDI, conforme descrito abaixo:

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento que apresenta a instituição nos dias atuais, revelando sua infraestrutura, perfil do quadro técnico e docente, organização administrativa e outras áreas, bem como direciona o caminho a ser seguido pela instituição nos próximos cinco anos, por meio dos objetivos, indicadores, cronograma de abertura/fechamento de cursos, plano de expansão da infraestrutura, projeção de expansão do corpo docente e técnico, ampliação de acervo, e ainda avaliação da capacidade financeira para cumprimento de tais medidas (IFTO, 2019).

No PDI é instituído uma diretoria de infraestrutura – DINFRA que é responsável pela gestão dos serviços de engenharia e arquitetura do IFTO. Tal setor se torna responsável pela elaboração de projetos de engenharia que tenham como pilar o alinhamento aos objetivos institucionais; elaboração de propostas de utilização dos espaços físicos existentes e em implantação obedecendo também a aspectos relacionados

à acessibilidade e manutenção; incentivo a projetos e obras de engenharia e arquitetura que prezem pela sustentabilidade; assessoria às ações de gestão de segurança do trabalho e do meio ambiente em consonância com a legislação; melhoria dos processos de engenharia e arquitetura visando à melhoria contínua das atividades; e atendimento das necessidades institucionais levando em consideração o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como as necessidades humanas de habitação.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

3.1 Tipo de Pesquisa

A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999, p.26) para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos. Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Estudo de caso é uma estratégia metodológica de se fazer pesquisa nas ciências sociais e nas ciências da saúde. Trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. Busca-se apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado. Para Goode e Hatt (1999, apud LAZZARINI 1995, p.17), a técnica é “um modo de organizar os dados em termos de uma determinada unidade escolhida”.

Trata-se de uma metodologia válida, conforme podemos ver em Yin (2001, p. 24), nas situações em que as questões a serem respondidas são do tipo “como?” ou “por que?”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e em situações nas quais o foco se encontra em fenômenos complexos e contemporâneos, inseridos no contexto da vida real.

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso, com caráter quantitativo e qualitativo, dividida em duas etapas. Na primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica, que segundo Santos, (2006), é uma construção constituída em análises através de produções científicas existentes, artigos, livros, sendo este de caráter narrativo

e descritivo. A segunda etapa consistiu no levantamento e coleta de dados, na qual foi realizado o levantamento das áreas (m²) e população dos ambientes do bloco administrativo 1.

Após a coleta e tabulação dos dados foi efetuado o cálculo dos índices de ocupação dos ambientes de escritório, dos ambientes de apoio e o índice geral de ocupação do bloco administrativo 1 para comparação com índices dispostos na Portaria conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020. Foram calculados os índices de cada um dos ambientes para verificar eventuais distorções nos índices principais.

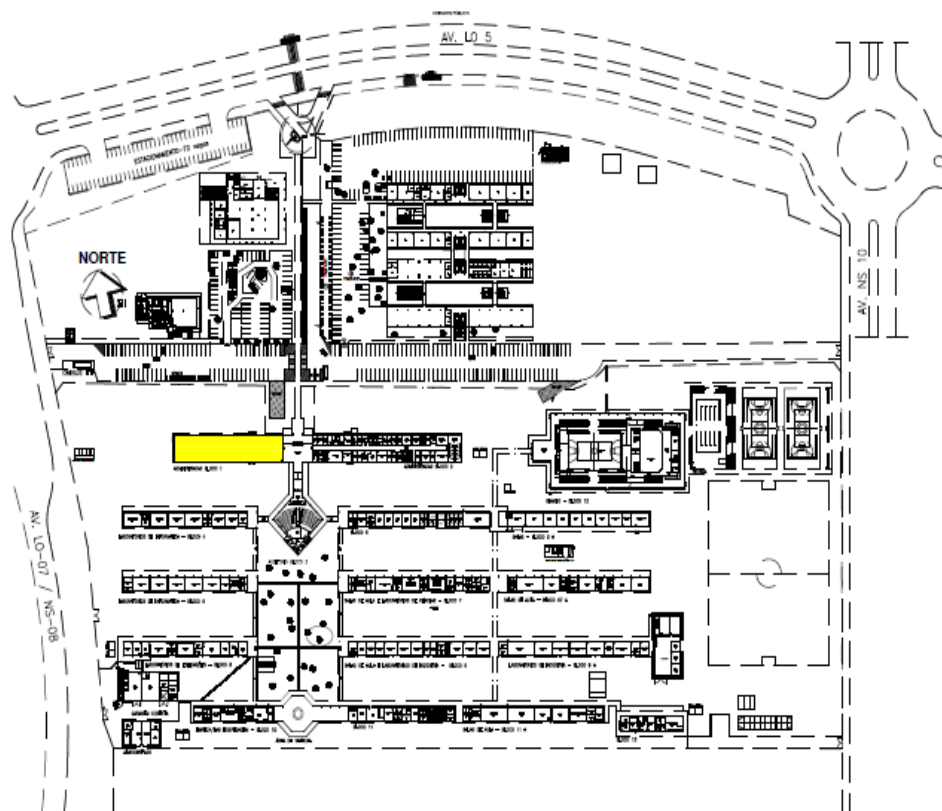
As áreas dos ambientes foram obtidas através do projeto arquitetônico da edificação disponibilizado pelo IFTO e a população foi levantada através da gerência de recursos humanos. Tais dados, de áreas (m²) e população foram comparadas com as áreas mínimas e requisitos recomendáveis pelo Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional a fim de ser verificada a adequação proposta e pela Portaria Conjunta nº 38, de 2020. A tabulação dos dados foi realizada por meio de planilhas geradas pelo software Excel, tabela 1.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo apresenta os resultados da ocupação dos ambientes do bloco administrativo 1 do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia IFTO – Campus Palmas, quanto a ocupação dos espaços pelos servidores, em comparação com os parâmetros da Portaria conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020. Os dados foram levantando pela autora do estudo na própria instituição.

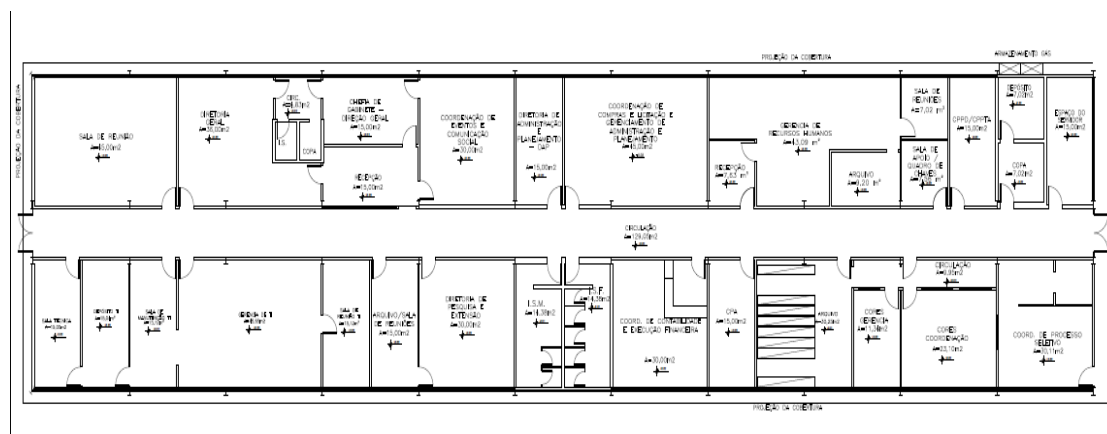
Na figura 1 apresento a Planta de Localização da edificação, destacado em amarelo o bloco administrativo 1, na figura 2 apresento o projeto de Arquitetura do bloco administrativo 1 atualizado para o desenvolvido para este trabalho

Figura 1- Planta de Localização do Bloco Administrativo 1 da edificação, disponibilizado pelo IFTO.



Fonte: IFTO – *campus* Palmas, Tocantins.

Figura 2 - Layout do Bloco Administrativo 1



Fonte: IFTO – *campus* Palmas, Tocantins.

4.1 Avaliação do bloco administrativo 1 quanto a ocupação

O presente estudo avaliou o bloco administrativo 1 do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia IFTO – *Campus* Palmas, Tocantins, no que diz respeito as normativas de ocupação dos espaços, da Portaria conjunta nº 38, de 31 de julho de

2020.

A portaria conceitua nas suas disposições gerais a classificação dos espaços quanto a área construída e área útil, área de trabalho individual, coletivo, posto de trabalho integral e posto de trabalho reduzido bem com trata de informações cadastrais, informações de estruturação e classificação das áreas e ocupação dos imóveis.

Segundo a Portaria, área construída é o somatório das áreas cobertas totais de uma edificação, que inclui as áreas de projeção de paredes e exclui as áreas de projeção de coberturas em balanço com até 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de afastamento, em nosso caso a área construída é 907,00 m². A área útil é conceituada como sendo, a área construída efetivamente aproveitada do imóvel, correspondente a soma das áreas de piso, das quais se excluem as áreas de projeções de parede, qual corresponde a 722,29 m².

A tabela 1 apresenta a relação de todos os espaços físicos do bloco administrativo 1, a área útil de cada ambiente bem como o número de trabalhadores que desenvolvem as atividades em tempo integral no ambiente, além da frequência de uso dos mesmos.

A População Principal do imóvel, mensurada pela soma dos postos de trabalho integrais e reduzidos do bloco administrativo 1 é de 42 trabalhadores, conforme ANEXO I, DESPACHO Nº 85/2022/GGP/PAL/REI/IFTO.

Tabela 1- Ambientes do bloco Administrativo 1 do *Campus Palmas* do IFTO, e População Principal.

AMBIENTE	ÁREA (m²)	POPULAÇÃO (pessoa)/ PERIODICIDADE DE USO
Sala de Reuniões 1	45,00	Sazonal
Depósito Tecnologia da Informação I	15,00	Sazonal
Diretoria Geral (Gabinete)	36,00	1
Chefia do Gabinete - Direção Geral	15,00	1
Recepção	15,00	1
Coordenação de Eventos e Comunicação Social	30,00	1
Diretoria de Administração e Planejamento – DAP	15,00	1

Coordenação de Compras e Licitação e Gerenciamento de Administração e Planejamento	45,00	3
Gerência de Recursos Humanos	43,09	7
Sala de Reuniões 2	7,02	Sazonal
Sala de Apoio / Quadro de Chaves	7,56	Sazonal
Comissão Permanente de Pessoal Docente/Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo - CPPD/CPPTA	15,00	Sazonal
Espaço do Servidor	15,00	Sazonal
Sala Técnica	15,00	Sazonal
Sala de Manutenção Tecnologia da Informação	15,12	2
Gerência de Tecnologia da Informação I	45,65	6
Sala de Reunião Tecnologia da Informação I	15,12	Sazonal
Arquivo/Sala de Reunião	15,00	Sazonal
Diretoria de Pesquisa e Extensão	30,00	7
Coordenação de Contabilidade e Execução Financeira	30,00	3
Comissão Própria de Avaliação – CPA	15,00	Sazonal
Cores Gerência	11,34	2
Coordenação Registros Escolares	23,10	5
Coordenação De Processo Seletivo	30,11	Sazonal
Copa Gabinete	4,83	Sazonal
Área De Circulação	9,95	Sazonal
Área de Circulação (Corredor)	129,05	-
Sanitário Feminino	14,90	-

Sanitário Masculino	14,90	-
---------------------	-------	---

A tabela 2, abaixo, traz a classificação e quantifica as áreas quanto ao tipo de utilização, de acordo com o Art. 7º da Portaria conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020. Destaque-se que o objeto do presente estudo é a determinação do Índice de Ocupação para a Área Computável, definida como a área útil passível de contabilização para fins de análise do padrão de ocupação do imóvel e quantificada pelo somatório das Áreas de Escritório e Áreas de Apoio sendo Áreas de Escritório aquelas destinadas ao trabalho de servidores, empregados, colaboradores, estagiários e terceirizados e Áreas de Apoio, aquelas que dão suporte às atividades desenvolvidas no imóvel.

Tabela 2 - Estruturação e Classificação das Áreas dos Imóveis Áreas do Bloco Administrativo 1 do Campus Palmas do IFTO - Portaria conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020

TIPO	UTILIZAÇÃO	ÁREA (m²)	PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO EM RELAÇÃO À ÁREA COMPUTAVEL (%)
Área Construída		907,00	
Área Útil		722,29	
Área Computável	Áreas de Escritório	436,44	74,82
	Áreas de Apoio	146,85	25,18
	Total	583,29	100,00
Área Não Computável	Área Técnica	139,00	-
	Área Específica	0,00	-
	Total	129,05	-

Na tabela 3, são apresentados os Índices de Ocupação para as Áreas de Escritório, Áreas de Apoio e o Índice Geral de Ocupação para as áreas Computáveis. Esses Índices são obtidos pelo quociente entre a Área do tipo de Uso e a População Principal que desenvolve suas atividades nesses espaços.

Tabela 3 - Índices de ocupação para as Áreas Computáveis

Uso	Área (m ²)	População (Pessoa)	Índice de Ocupação (m ² /Pessoa)
Escritório	436,44	42	10,39
Apoio	146,85	42	3,50
Total	583,29	42	13,89

Na tabela 4, é apresentado o Índice de Ocupação de cada um dos ambientes do Bloco Administrativo 1.

Tabela 4 - Índices de ocupação para cada Área de Escritório

Uso	Área (m ²)	População (Pessoa)	Índice de Ocupação (m ² /Pessoa)
Sala de Reuniões 1	45,00	-	-
Sala de Reuniões 2	7,02	-	-
Arquivo/ Sala de Reuniões 3	15,00	-	-
Diretoria Geral (Gabinete)	36,00	1	36,00
Chefia do Gabinete	15,00	1	15,00
Recepção	15,00	1	15,00
Coordenação de Eventos e Comunicação Social	30,00	1	30,00
Diretoria de Administração e Planejamento – DAP	15,00	1	15,00
Coordenação de Compras e Licitação e Gerência de Administração e Planejamento	45,00	6	7,50
Gerência de Recursos Humanos	43,09	7	6,16
Comissão Permanente de Pessoal Docente/Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo - CPPD / CPPTA	15,00	-	-
Espaço do Servidor	15,00	-	-
Sala Técnica	15,00	-	-

Sala de Manutenção Tecnologia da Informação	15,12	2	7,56
Gerência de Tecnologia da Informação	45,65	6	7,61
Sala de Reunião Tecnologia da Informação	15,12	-	-
Diretoria de Pesquisa e Extensão	30,00	7	4,28
Coordenação de Contabilidade e Execução Financeira	30,00	3	10,00
Comissão própria de avaliação	15,00	-	-
Cores Gerência	11,34	3	3,78
Coordenação de Registros Escolares	23,10	5	4,62
Coordenação de Processo Seletivo	30,11	-	-

Com as informações obtidas no levantamento, os resultados apresentados na tabela 2 para o Percentual de Ocupação em Relação à Área Computável: 74,82% para Áreas de Escritório e 25,18% para Áreas de Apoio, atendem às Proporções entre Áreas de Escritório e Apoio recomendadas no Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Imóveis Institucionais da Administração Federal que podem representar de 70 a 82% da Área Computável Total, enquanto Áreas de Apoio, de 18 a 30%.

Ao analisarmos os resultados obtidos na Tabela 3, para os índices de Ocupação, observamos que todos eles: Índice de Ocupação para Área de Escritório 10,39 m²/ pessoa; Índice de ocupação para Área de Apoio 3,5 m²/ pessoa e Índice de Ocupação geral 13,89 m²/ pessoa estão acima dos limites estabelecidos no Art. 10 da Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, que estabelece o Índice de 7,00 a 9,00 m²/pessoa, para Área de Escritório em dia normal de atividade assim como o Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Imóveis Institucionais da Administração Federal estabelece o Índice de 2,00 a 3,00 m² por posto de trabalho para servidor para Áreas de Apoio, e o máximo de 12,00 m²/pessoa para o Índice Geral de Ocupação.

Ao analisar a tabela 4, onde trata-se dos índices de ocupação para cada área de escritório, as salas de reuniões do bloco têm ocupações sazonais, ou seja, o número de

servidores no ambiente vai depender da reunião. A sala de reunião 1 pode agrupar até 5 servidores, enquanto a sala de reunião 2 não pode agrupar nem um servidor com os m² que ela tem e a área arquivo/sala de reunião 3, pode agrupar apenas um servidor.

A diretoria geral o qual engloba a chefia de gabinete e a recepção, juntos correspondem a 66 m² da área de escritório do bloco, os dados ocupacionais da tabela 4 registram apenas 1 servidor por ambiente, e de acordo com os parâmetros da portaria com a junção das áreas o ambiente pode agrupar até 8 pessoas, vale lembrar que tais áreas tem concentração sazonal de servidores podendo haver reunião com muitos servidores ou poucos, o que foge um pouco do controle populacional do ambiente.

A coordenação de eventos e comunicação, tem apenas um servidor no ambiente de trabalho, com a quantidade de área que pode agrupar até 3 servidores. A diretoria de administração e planejamento (DAP), atende a norma da portaria pois de acordo com as informações nesse ambiente encontra-se apenas um servidor.

O CPA apresenta 15 m² e um número sazonal de servidores, assim podemos afirmar que o ambiente se enquadra nas normas da portaria desde que quando estiver habitado esteja com apenas 1 servidor, caso esse número seja ultrapassado já não se enquadram mais nas normas da portaria. A coordenação de compras, tem 6 servidores e pode agrupar até 5 no seu ambiente, já a sala de Gerenciamento de Recursos Humanos, apresenta 7 servidores, podendo agrupar até 5 pessoas no seu ambiente, neste ambiente acontecem reuniões sazonais onde permanecem mais funcionários do que o previsto pela capacidade do ambiente.

Os ambientes, Sala de Manutenção da TI e Gerenciamento de TI que juntas podem agrupar até 6 pessoas, tem o quantitativo de servidores em 8 pessoas, ou seja, 2 pessoas a mais que o permitido na portaria.

A diretoria de pesquisa e extensão, agrupa 7 servidores no seu espaço, podendo de acordo com a portaria agrupar até 3 pessoas no ambiente. Coordenação de Contabilidade e execução financeira, agrupa 3 servidores no seu ambiente, quantidade correta de acordo com os parâmetros da portaria.

A Cores Gerência e Cores Coordenação pode agrupar o máximo de 4 servidores, com os dados contidos na tabela é visto que são agrupados 7 servidores, ultrapassando em 3 pessoas o quantitativo indicado pela portaria, ficando cada servidor com cerca de 4,92 m² de espaço, pouco mais que a metade do espaço correto de 8 m² para cada servidor. A Cores tem um fluxo sazonal de servidor no turno, porém não nos foi informado as

quantidades por turno, somente a ocupação geral da área.

A coordenação de processo seletivo tem ocupação sazonal, mas com a área que apresenta pode agrupar até 3 servidores juntos. Assim é notório que nem todas as áreas de escritório se enquadram na portaria.

No que se refere ao atendimento à Legislação Municipal, disciplinada pela Lei Complementar Nº 305 DE 02/10/2014, Art. 228. Os edifícios de que trata este Capítulo deverão conter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo, pelo menos os seguintes compartimentos; Inciso IV “compartimento de administração, registro, secretaria, contabilidade e outras funções similares. A soma das áreas desses compartimentos não deverá ser inferior a 30,00 m (trinta metros quadrados), podendo cada um ter a área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados)” o Bloco Administrativo 1 do *Campus* Palmas atende a Normativa municipal, pois, de acordo com dados apresentadas na Tabela 1, todos os setores que tem presença contínua de trabalhadores, tem superfície superior a 8,00 m² e o citado Normativo não estabelece índice de Ocupação.

5 CONCLUSÃO

Após a finalização do levantamento e a análise dos resultados obtidos que apresentou para o bloco administrativo 1, Índice de Ocupação de 10,39 m²/pessoa para as áreas de Escritório, 15,44 % acima do limite superior recomendado pela Portaria conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, Índice de Ocupação de 3,5 m²/pessoa para as Áreas de Apoio, 16,66 acima do limite superior recomendado e o Índice Geral de Ocupação 13,89 m²/pessoa, 15,75% acima do limite superior recomendado.

Conclui-se então que os Índices de Ocupação do bloco administrativo 1, para áreas de Escritório e de Apoio, estão acima dos recomendados no Manual de Dimensionamento.

Os índices obtidos resultam, certamente, pelo fato de que à época de elaboração dos projetos para a construção desse bloco não existiam documentos que estabeleçam critérios para ocupação pelos servidores. Verificamos grande distorção nos Índices de Ocupação quando analisamos cada um dos ambientes, variando de 3,78 m²/pessoa a 36,00 m²/pessoa, o demonstra que há espaços com Área 85,18% do o mínimo recomendado

No que diz respeito a normativa municipal o bloco, atende a normativa pela Lei Complementar Nº 305 DE 02/10/2014, Art. 228, Inciso IV.

Recomendo que a Instituição, num próximo projeto de intervenção física, reavalie a ocupação do bloco administrativo1 para que o mesmo se enquadre nas normas da Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, tendo que as divisórias do bloco são formadas por estrutura de drywall e torna mais fácil realizar uma reforma para a reestruturação do bloco.

Como trabalhos futuros, sugere-se que o mesmo levantamento de dados seja realizado nos demais blocos administrativos do Campus Palmas bem com em outras Unidades do IFTO para verificar o enquadramento nas determinações da portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12286: **roteiro para elaboração e apresentação do Código de obras**. Rio de Janeiro, 1992b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA - ASBEA. **Manual de Contratação de Serviços de Arquitetura e Urbanismo**. 2 ed. São Paulo: Pini, 2000. Disponível em: <<http://www.asbea.org.br/manuais>> Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020**. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-38-de-31-de-julho-de-2020-269968297>> Acesso em: 18 set. 2021.

DIRETORIA de TI. **Apresentação**. 2016. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/ifto>> Acesso em: 04 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS – IFTO: *Campus Palmas*. **Histórico da Instituição**. IFTO, 2021. Disponível em: <<https://campus.palmas.ifto.edu.br/index.php/sobre>> Acesso em: 04 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS – IFTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024)**. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. IFTO, 2019. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/pdi-ifto-2020-2024.pdf/view>> Acesso em: 04 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. **Código de Obras**. 2014. Disponível em: <<https://www.ibam.org.br/projeto/3>> Acesso em: 02 out. 2021.

LOPES, L. A. C. BERNARDES, F. R. **Estruturas administrativas das universidades brasileiras**. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/240624707_ESTRUTURAS_ADMINISTRATIVAS_DAS_UNIVERSIDADES_BRASILEIRAS?> Acesso em: 18 set. 2021.

MARRI, I. et al. **Infraestrutura escolar e desempenho educacional em Minas Gerais: possíveis associações**. São Paulo: Abep, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/54964746-Infraestrutura-escolar-e-desempenho-educacional-em-minas-gerais-possiveis-associacoes-1-izabel-marri-2.html>> Acesso em: 20 set. 2021.

MINISTÉRIO da Economia publica manual de ocupação e dimensionamento de ambientes. **Inove**, 2020. Disponível em: <<https://inovecapitacao.com.br/ministerio-da-economia-publica-manual-de-ocupacao-e-dimensionamento-de-ambientes/>> Acesso em: 01 out. 2021.

PALMAS. Lei Complementar Nº 305 DE 02/10/2014. 2014. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=176692>> Acesso em: 04 out. 2021.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos - Guia PMBOK®**. 5 ed. Pensilvânia: Project Manager Institute, Inc, 2013. Disponível em: <https://www.pmi.org/-/media/pmi/documents/public/pdf/pmbokstandards/pmbok-guide-6th-errata.pdf?v=4f743e6e-5a08-46ad-9753c7e1fdd05026&sc_lang_temp=pt-PT> Acesso em: 01 out. 2021.

SILVA, E. G. da. **A gestão da infraestrutura física das universidades no contexto do planejamento estratégico: estudo de caso em uma instituição universitária goiana**. Florianópolis: 2003. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30366329.pdf>> Acesso em: 20 set. 2021.

TOOKALOO, A. SMITH, R. **Post Occupancy Evaluation in Higher Education**. 2015. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/283172149_Post_Occupancy_Evaluation_in_Higer_Education> Acesso em: 18 set. 2021.

ANEXOS



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
 Campus Palmas
 Gerência de Gestão de Pessoas

DESPACHO Nº 85/2022/GGP/PAL/REI/IFTO

Palmas, 28 de janeiro de 2022.

Processo nº: **23235.001535/2022-63**
 Interessado: **Instituto Federal do Tocantins**
 Assunto: **Quantitativo de pessoal**

Ao senhor Diretor-geral do *Campus* Palmas,

1. Em atendimento à solicitação do DESPACHO Nº 55/2022/PAL/REI/IFTO, e observada a solicitação de informações constante no OFÍCIO Nº 2/2022/PROAD/REI/IFTO, informamos a seguir o quantitativo de servidores por setor:

Setor	Quantitativo de Pessoas ¹
a) Direção geral (Gabinete)	3
b) Diretoria de Administração e Planejamento	1
c) Diretoria de Pesquisa	2
d) Diretoria de Extensão	5
e) Gerência de Recursos Humanos	7
f) Gerência de Tecnologia da Informação	8
g) Coordenação de Registros Escolares	7
h) Coordenação de Compras e Licitação	2
i) Gerenciamento de Administração E Planejamento	1
j) Coordenação de Eventos e Comunicação Social	1

l) Coordenação de Processo Seletivo	0 (Ocupação sazonal)
m) Coordenação de Contabilidade e Execução Financeira	3
n) Coordenação de Gestão Orçamentária e Contratos	2

¹ Situação em 28/1/2022.

2. Informamos que foi incluída a informação do setor "Coordenação de Gestão Orçamentária e Contratos", que juntamente com a Coordenação de Compras e Licitação e a Gerenciamento de Administração e Planejamento, ocupam a sala nº 10 do Bloco Administrativo 1.

3. Colocamo-nos à disposição para prestar outras informações necessárias.

VINÍCIUS BRAGA RODRIGUES DUARTE
Gerente de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Braga Rodrigues Duarte, Gerente**, em 28/01/2022, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1510150** e o código CRC **5485E1ED**.

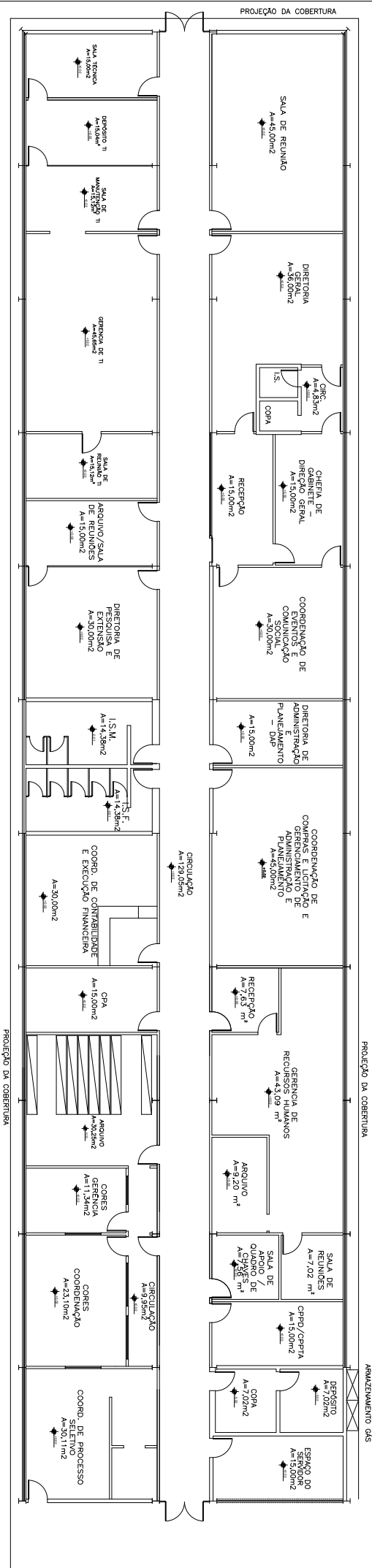
Quadra 310 Sul, Lo 5, s/n, esquina com a Avenida NS 10 - Plano Diretor Sul — CEP 77.021-090
Palmas/TO — (63) 3236-4000
portal.ifto.edu.br — reitoria@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.001535/2022-63

SEI nº 1510150

Criado por 2035280, versão 12 por 2035280 em 28/01/2022 16:08:35.

APÊNDICE



ADMINISTRACAO BLOCO 1

PROJEÇÃO DA COBERTURA